

Recensão a *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória*, de Manuel Loff e Miguel Cardina, eds.

Sílvia Correia

Práticas da História, n.º 20 (2025): 261-266

www.praticasdahistoria.pt

This journal is funded by National funds through FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., under the projects UID/HIS/04666/2013, UID/HIS/04666/2019, UIDB/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/04666/2020), UIDP/04666/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDP/04666/2020), UID/4666/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04666/2025), UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020, UID/4209/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04209/2025) and LA/P/0132/2020 (DOI: https://doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020)

Manuel Loff e Miguel Cardina, eds.
25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória
Lisboa: Tinta-da-china, 2024, 312 pp.

Sílvia Correia*

Manuel Loff e Miguel Cardina não propõem editar "um livro clássico de História" – do que foram o 25 de Abril e as dinâmicas do processo revolucionário –, mas "mostrar como a revolução é lembrada ou esquecida, celebrada ou contestada, apropriada ou combatida, narrada e inscrita na memória de diferentes setores políticos e sociais e das várias gerações que se sucederam ao longo dos últimos 50 anos. Este é, por isso, um livro sobre a memória da Revolução" (p. 15). O livro *25 de Abril, Revolução e Mudança em 50 Anos de Memória* situa-se num campo da historiografia da revolução – e, de forma mais ampla, do fascismo – que a define como movimento de base e popular, que se instala depois do golpe militar de 25 de abril, e inaugura "uma democracia em assumida ou potencial rutura com o passado autoritário, colonial, patriarcal e classista" (p. 17). Dedicados à história política do Portugal contemporâneo, Loff e Cardina têm publicado sobre as tensões na capitalização política e pública do passado mais recente. Os textos deste livro procuram refletir essa preocupação científica, *diagnosticando* 50 anos de (res)significações da revolução e do processo

* Sílvia Correia (scorreia@letras.up.pt). https://orcid.org/0000-0001-6118-4673. Faculdade de Letras e Instituto de Sociologia, Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.
Receção da recensão original: 17-12-2024. Receção da versão revista: 26-06-2024. Aceitação: 2-07-2024.

revolucionário. Uns capítulos estão mais atentos aos processos interrompidos e/ou frustrados, como os de Manuel Loff, Paula Godinho ou Ana Sofia Ferreira. Outros estão mais concentrados na longa duração dos processos significantes, os de Miguel Cardina, Elsa Peralta, Luís Trindade ou Joana Craveiro. Não descurando a transversalidade coesa entre os contributos, identifico dois momentos nesta edição: um dedicado ao diagnóstico de uma revolução; outro dedicado a descortinar, numa longa duração, as camadas de memória.

Manuel Loff, em "Um país de loucos, a memória reacionária da revolução", analisa o modo como a Revolução de 1974-1976 e o fascismo foram reinterpretados por uma memória histórica reacionária, assente numa antítese entre a idealização da "estabilidade" autoritária e a deslegitimação das transformações revolucionárias. O historiador faz um duplo diagnóstico, também identificável noutros capítulos da obra, de uma transnacionalidade das revisões históricas e de uma patologização da revolução. As revisões da memória da revolução portuguesa refletem tendências globais impulsionadas por setores neoliberais e conservadores, herdeiros de posições políticas e historiográficas dominantes durante a Guerra Fria, que retornam com o colapso socialista nos anos 1990. Recuperando as teorias do totalitarismo dos anos 50, equiparam-se experiências totalitárias fascista e comunista. Da mesma forma, grupos conservadores portugueses localizam, no período revolucionário de 1974-1976, a possibilidade de uma inconsequente institucionalização de um regime totalitário. Dessa forma, patologiza-se o movimento como se se tratasse de "loucura coletiva", que perturbaria a sociedade e descaracterizaria a identidade nacional. A revolução resultaria, então, de um fenómeno alheio à realidade portuguesa, em decorrência de fenómenos revolucionários e totalitários internacionais. Enfraquece-se a sua legitimidade enquanto movimento popular.

Paula Godinho agrega a Reforma Agrária a um processo que identifica como revolucionário, regional e de base, não tendo sido impulsionada por um plano centralizado do poder político. A antropóloga elabora, também, uma crítica às propostas revisionistas que patologizam a revolução e suas ramificações, numa tentativa de deslegitimar a sua

importância histórica: projeto sedimentado em ações sustentadas na consciência de classe, na longa capacidade de organização e resistência, cujas raízes podem ser localizadas na luta antifascista. Para Godinho, a "subalternização" do revolucionário reflete um contínuo esforço de estabilizar e controlar uma certa ordem vigente, mascarando as potencialidades transformadoras do passado e o seu poder disruptivo.

Ana Sofia Ferreira, no seu capítulo "O 25 de Abril e as mulheres: uma revolução incompleta?", elenca direitos conquistados com a democracia, mas ressalta os limites que se colocaram e se colocam à garantia dos direitos das mulheres – a uma pauta feminista aquém de ser cumprida. Problematiza dois aspetos reveladores da complexidade destes processos históricos: a forma como grupos de esquerda, em prol da coesão da luta, marginalizaram as pautas de género, como se estas competissem com a mobilização de classe. Por outro lado, destaca o protagonismo, muitas vezes desconhecido, das organizações católicas femininas, não só na resistência antifascista como no processo revolucionário. Nota a necessidade de se complexificar as narrativas em torno das conquistas de Abril, fazendo uma crítica também à atuação da esquerda e salvaguardando a necessidade de se aprofundar os estudos de género.

Um segundo grupo de textos, sempre em estreito diálogo com os debates anteriores, procura descortinar camadas de memória, (res)significações da revolução na longa duração com múltiplos sujeitos implicados. Aproximações que são provocadas pelos próprios objetos de estudo. Descentra-se a revolução para se olhar para as implicações do fim do colonialismo, da descolonização e do retorno. Uma zona múltipla de mediações da experiência histórica, pouco afeita a formulações maniqueístas de usos políticos. Tal como Loff e Cardina introduzem, "[a] Revolução foi um processo histórico concreto, que teve o seu início e o seu desfecho, as suas materializações e os seus legados. Mas foi igualmente um espaço de utopia, no sentido em que convocou esperanças e vontades – e, consequentemente, ilusões e desilusões – sobre o que nela se poderia projetar" (p. 19).

Miguel Cardina trata dos itinerários de narrativas que rompem com o silêncio, desde o fim da Guerra Colonial, sobre os choques públicos e, também, privados em torno das memórias do conflito. Tendo

como horizonte o colonialismo, integra a revolução na longa duração do projeto colonial tardio e numa narrativa que tendeu a apagar a sua natureza violenta. Chama a atenção para a forma como, no imediato contexto pós-revolucionário, a luta anticolonial se associa à antifascista no enquadramento da experiência da guerra – e da violência associada às práticas das Forças Armadas em território colonial – num "pacto de esquecimento". Uma memória que gradualmente passa a circunscrever-se aos espaços privados, "no quadro da construção do Portugal democrático, europeu e pós-colonial" (p. 75). Situação que mudaria, a partir dos anos 90 do século passado, com a emergência de uma memória pública centrada no esforço – e, em algum movimento associativo, no sofrimento – dos antigos combatentes e de uma certa denúncia da violência na guerra. O terceiro momento do capítulo é dedicado à "colonialidade como problema", isto é, a um duplo "regresso da história": a uma erupção de memórias marginalizadas, que decorrem do lastro das violências coloniais, e a uma capitalização política conservadora do momento colonial.

Elsa Peralta evidencia o *retorno* – e os retornados – como "memória difícil". À semelhança de Cardina, a antropóloga faz uma cronologia dos regimes de memória, neste caso dos que enquadram a narrativa do retorno. Com a descolonização, mais de 417 mil retornados voltaram a um país que passava por uma crise económica e uma profunda transformação social e política. Até aos anos 80, a narrativa oficial celebra o "sucesso da integração", mas silencia experiências mais complexas, como as tensões com o Estado revolucionário e as perceções de traição. Silenciava-se uma integração marcada por tensões sociais e assimilacionismo. Peralta remete, ainda, para a mobilização da pauta do retorno, chamando a atenção para esforços de integração e/ou apropriação discursiva à esquerda e à direita do campo político-partidário. Nos anos 80, as reivindicações políticas dos retornados perderam força, especialmente com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. A antropóloga identifica, mais recentemente, uma memória mais plural, destacando a produção literária de autoras como Isabel Figueiredo, Dulce Maria Cardoso ou Aida Gomes, que desafia uma visão triunfalista, expondo as contradições em torno do tema; ao mesmo tempo, o retorno como

lugar de maior instrumentalização política, especialmente pela direita e extrema-direita, dificultando a inclusão dessa experiência numa narrativa democrática plural, questionando opções políticas da revolução e da descolonização e revisitando mitologias coloniais.

Luís Trindade analisa a evolução das representações culturais da revolução. Se nos anos 70 domina uma visão utópica – da realização possível –, os anos 80, no quadro de uma crise económica e social, retrata-se a revolução como falência e criminaliza-se o processo revolucionário. O historiador refuta, porém, a ideia de que submeter a revolução à narrativa histórica nacional — ao nacionalismo — signifique uma despolitização. Pelo contrário, essa mudança traria novas leituras, ampliando as perspetivas sobre o período nas múltiplas esferas da produção cultural, especialmente em momentos de "grandes celebrações". A revolução não estaria mais no centro imaginativo, aparecendo como legado de uma história mais longa, um legado entrelaçado nos efeitos da guerra e da experiência colonial. Trindade remete, no século XXI, a uma persistência da polarização de visões sobre a revolução – de um lado, momento idealizado e utópico; de outro, momento de caos e excesso –, enquanto se complexifica a narrativa. Aparece uma terceira via, a das memórias fragmentadas em narrativas urbanas marginalizadas, que se distancia da revolução e é difícil de categorizar. Aqui, a marginalidade atinge um patamar ainda "mais radical" (p. 240), denunciando um país pós-colonial onde a exclusão social e o racismo persistem. Produções artísticas mais recentes procuram abrir zonas de tensão e múltiplas perspetivas que atravessaram e moldam a sociedade portuguesa. Obras que exploram enquadrar os próprios enquadramentos rememorativos do passado revolucionário, fazendo a crítica das múltiplas mediações da experiência histórica. Assim faz Joana Craveiro, num lastro de exercícios de intervenção pública, muito além da esfera académica. A artista, num *capítulo-guião* para uma obra fílmica, diagnostica a persistência de memórias fortes, remete para as ditas memórias fracas e para a necessidade de múltiplas vozes, escalas e camadas, que espelhem aquilo que foi o processo revolucionário – um processo que implica um movimento de massas, evitando discursos simplistas e maniqueístas.

Obra orgânica, este livro situa-se no campo da historiografia que localiza a revolução na agência dos movimentos populares, que iriam mudar profundamente as estruturas políticas, sociais e culturais existentes. O que não quer dizer que haja, por parte de cada um dos autores, a defesa das mesmas cronologias do processo ou os mesmos passados e futuros que enquadram o presente das experiências analisadas. É elucidativa a forma como, a meu ver, dois eixos atravessam a obra. A identificação dos modos de ressignificação histórica, pública e política que patologizam a ação coletiva, que originaria uma crise e que obrigaria à intervenção moderadora e de contenção. Segundo Fernando Rosas (que prefacia a obra), a forma como se desenha o imaginário da revolução, na atual ascensão da extrema-direita, reflete, mais uma vez, a capacidade de regeneração do neoliberalismo – um assalto ao poder no sentido de construir uma hegemonia e lançar um consenso viabilizador da destruição da democracia. E ainda a leitura-diagnóstico de como, nos últimos cinquenta anos, se tem mediado a experiência da revolução procurando apagar as tensões e as complexidades dos contextos históricos – repete-se uma admoestação da diversidade e moderação dos campos. A obra importa pela sua capacidade – diria pedagógica – de descortinar processos múltiplos de rememoração do processo revolucionário. Assinala, hoje, o *boom de memória* de reação à crise – sublinhe-se que não se entende revolução como crise – de um sistema que persiste em regenerar-se.

Referência para citação:
Correia, Sílvia. "Recensão a *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 anos de Memória*, de Manuel Loff e Miguel Cardina, eds.". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 20 (2025): 261-266. https://doi.org/10.48487/pdh.2025.n20.42411.